



- Senhoras e Senhores Senadores;
- Servidores;
- Expectadores da TV Senado;
- Intenautas e demais público que acompanha esta sessão.

Hoje ocupo esta tribuna para registrar minha indignação com a subtração do nosso sistema democrático.

O que foi e ainda está sendo apresentado, diariamente, são excessos, decisões tendenciosas, inovações legislativas - a despeito dos preceitos constitucionais - midiatização de juízes e, acima de tudo, uma suposta carta branca que faz com que o judiciário brasileiro entenda que tem SUPERPODERES.



Quando, em 1988, promulgamos a Constituição Federal, sonhamos com o país democrático.

Cada palavra acrescida buscava ofertar aos brasileiros condições de exercer o poder de escolha.

Nesse contexto, cabe ao Estado e as suas instituições que o compõe o dever de preservar direitos tão caros.

Entretanto, assistimos com perplexidade decisões judiciais que impõem censura prévia para quem ousa manifestar opinião sobre o processo eleitoral.

A lista de pessoas com contas retidas inclui parlamentares, veículos de comunicação e personalidades dos mais variados segmentos.



Todas silenciadas em caráter excepcional, sem embasamento constitucional e por definição de um único ministro. Os excessos são inegáveis!

Pode-se responsabilizar as pessoas pelo que foi dito, jamais impor a elas o silêncio. Tirar o direito de fala de um cidadão é um ato que não cabe numa democracia. A justificativa usada é no mínimo contraditória.

É fato que o Brasil está dividido e seguir a legislação vigente é um fator determinante! A transparência é outro elemento que pode fazer a diferença em um momento tão crítico.

Por que não investigar as denúncias das inserções de rádios? Por que não colocar em discussão os pedidos de impeachment de ministros do STF e o PDL que derruba a censura?



O episódio do Radiolão é simbólico, no que diz respeito às desproporções, que tem despertado desconfiança legítima em parcela significativa da população.

Diante de denúncias tão graves, a população teve como resposta a publicação de uma nota e a exoneração de um servidor sob circunstâncias ainda não esclarecidas.

Induções em massa foram permitidas! Quem aqui neste plenário acompanhou a cobertura das eleições em veículos como a Globo News, Folha, Estadão? Não houve excessos? Foram imparciais? Tendenciosos? Alguma penalidade foi emitida?

Com a Jovem Pan, que a despeito de qualquer queixa, sempre trouxe comentaristas em contraponto, foi imposta censura prévia.



Cadê o debate equilibrado? Posicionamentos pessoais, opiniões não podem sobrepor o dever de informar, o dever de julgar com isenção e nem o direito ao livre exercício da democracia.

O Brasil é um país livre e não pode ser manipulado de forma tão vergonhosa pelos tribunais politizados.

Por fim, peço a esta Casa, que é uma casa de ponderamento, de equilíbrio, que instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o caso das inserções. **Eu tenho um requerimento propondo essa CPI.**

Peço também que seja analisado, neste plenário, o requerimento de minha autoria que solicita a deliberação da Petição 9, ainda de 2021, que oferece representação contra o Ministro Alexandre de Moraes e pede abertura de processo para o seu impeachment.



Também solicito que seja pautado o PDL 371/22, de autoria do senador Lasier Martins que susta os efeitos da resolução da censura.

Não podemos seguir omissos diante desses excessos.

Não podemos tolerar que paire nenhum tipo de dúvida sobre a nossa democracia.

Esta casa tem o dever de reestabelecer o equilíbrio entre os poderes.

Obrigado!!!